

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.655 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2003

## Audiências da CAE começam com Palocci e Mantega

Os ministros Antonio Palocci (Fazenda) e Guido Mantega (Planejamento) abrem hoje, após a ordem do dia, a série de audiências públicas da CAE para debater a condução da política econômica.

PÁGINA 3



José Cruz

Senador Amir Lando, relator do projeto, é favorável à redução da idade de responsabilidade penal para 16 anos

## CCJ debate redução da maioria penal para 16 anos

Relatório do senador Amir Lando, compilando três propostas de emenda constitucional que tratam da redução de 18 para 16 anos da idade de responsabilidade penal, deve ser votado hoje pela CCJ, em reunião marcada para as 10h. Lando é favorável à redução, desde que o jovem mostre amadurecimento intelectual e emocional.

PÁGINA 4

**Nesta edição, o segundo número do *Interlegis Notícias***

## Plenário pode votar hoje renegociação de dívida rural

Projeto de conversão da medida provisória que trata dos débitos dos pequenos produtores agrícolas está bloqueando a pauta e deve ser o primeiro item examinado pelos senadores. Outras duas MPs aguardam votação, além de indicações de embaixadores e de ministro do STJ.

PÁGINA 2



Geraltio Magalo

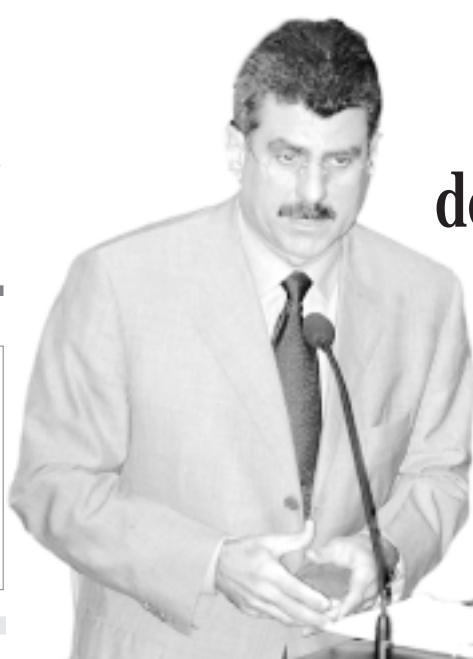
Normas de renegociação de dívidas junto aos programas de reforma agrária e agricultura familiar devem ser debatidas na sessão de hoje

## Osmar pede paz no campo, Jucá cobra desocupação de terras

As invasões de propriedades rurais por integrantes do MST foram analisadas ontem em Plenário.

PÁGINA 6

Jucá apontou contradições do governo em relação às invasões. Osmar advertiu que não haverá produção se o agricultor tiver medo



Fotos: Roosevelt Pinheiro

# Senadores devem votar MP sobre dívida de agricultores e liberar pauta

Agenda de hoje inclui mais duas medidas: a que autoriza doação de vacinas e equipamentos para combate à febre aftosa no Paraguai e a que abre crédito para refinar dívida mobiliária federal

A sessão deliberativa do Senado de hoje, às 14h30, inclui a votação de três medidas provisórias entre os 36 itens que compõem a pauta. A primeira delas, transformada em projeto de conversão, autoriza a concessão de crédito com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição de títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operações relacionadas com dívidas no setor agrícola. Essa matéria, que tem como relator o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), está obstruindo a pauta do Senado e precisa ser votada antes das demais.

A medida, alterada pela Câmara, também estabelece os termos da renegociação das dívidas de pequenos produtores rurais, no limite de R\$ 35 mil, junto ao Programa de Crédito Especial para



Plenário também pode deliberar sobre indicações de três embaixadores e um ministro do Superior Tribunal de Justiça

Reforma Agrária (Proclera), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a bancos oficiais.

Outra matéria autoriza o Executivo a doar ao Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate da febre aftosa. A terceira medida provisória abre crédito extraordinário de R\$ 17,84 bilhões

em favor de encargos financeiros da União e refinanciamento da dívida pública mobiliária federal. Será votada ainda a programação monetária relativa ao primeiro trimestre deste ano e dois requerimentos conclamando o governo a continuar seus esforços para evitar a guerra entre Estados Unidos e Iraque e propondo moção

de apoio à paz mundial.

Constam também na pauta 17 projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de radiodifusão e mensagens do presidente da República submetendo à deliberação do Senado os nomes de João Gualberto Marques Porto Júnior para o cargo de embaixador em Cingapura; Renato Luiz Marques, para a embaixada na Ucrânia; e Marcos Caramuru de Paiva, para embaixador no Canadá. Outra mensagem submete à deliberação da Casa o nome de Teori Zavascki para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Os senadores votam ainda mensagem que solicita a retirada de projeto da Câmara que trata da aplicação de penalidade por infração da legislação que rege as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).

## Mudança na lei dos planos de saúde em exame na CAS

Em reunião marcada para esta quinta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar, em caráter terminativo, projeto do ex-senador Sebastião Rocha que altera lei sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde para permitir a oferta, a contratação e a vigência de planos segmentados de assistência farmacêutica. A votação depende da liberação da pauta, trancada por medidas provisórias.

O projeto permite que os planos de saúde incluam em sua cobertura a assistência farmacêutica a pacientes em tratamento ambulatorial e domiciliar, por meio de unidades de farmácia de serviços de saúde – próprios, con-

tratados, credenciados ou referenciados pela operadora – ou mediante o reembolso das despesas com medicamentos, nos limites das obrigações contratuais.

Na justificativa da proposta, Rocha argumentou que a assistência farmacêutica é, com frequência, o componente mais caro, especialmente nos casos de tratamentos ambulatoriais e domiciliares longos e de doenças crônicas. Em parecer favorável à proposição, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que o projeto “vem suprir uma carência de regulamentação nessa área e atender às necessidades de um considerável contingente de usuários, em especial dos mais idosos”.

Outro item da pauta é o substitutivo de Tião Viana a projeto do ex-senador Lúcio Alcântara sobre a reprodução assistida. Pronto para ser votado em turno suplementar, em decisão terminativa, o substitutivo define como técnicas de reprodução assistida “aquelas que importam na implantação artificial de gametas ou embriões humanos no aparelho reprodutor de mulheres receptoras com a finalidade de facilitar a procriação”.

### FUNDEF

Também está na pauta da CAS substitutivo de Leomar Quintanilha (PFL-TO) a projetos de lei dos ex-senadores Paulo Hartung e Ademir Andrade e do senador li-

enciado Luiz Pontes (PSDB-CE), que pretendem aperfeiçoar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O texto prevê a inclusão de representantes do Legislativo na composição dos conselhos de controle social do Fundef, proíbe o exercício de sua presidência pelo representante do Executivo e facilita acesso do Ministério Público e da população a registros e demonstrativos do fundo. A matéria irá, em seguida, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CAS deve deliberar ainda sobre projeto que regulamenta profissões de cabeleireiro, barbeiro, manicuro, pedicuro, esteticista e massagista.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2003

Presidente  
José Sarney

9h30 – Recebe Marina Silva, ministra do Meio Ambiente  
10h15 – Recebe Marco Antonio Raupp, diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica  
10h30 – Recebe o embaixador José Maurício Bustani  
11h – Recebe o desembargador Cláudio Baldino Maciel, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros  
11h30 – Recebe os ministros Francisco Fausto, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, acompanhado de Vantuil Abdala, vice-presidente, e de Ronaldo Leal, corregedor  
15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária  
18h30 – Recebe as senadoras Patrícia Gomes e Serys Slhessarenko, e representantes da Câmara dos Deputados

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: MP nº 77/02, que autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação, na forma da Resolução nº 2.471/98, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes, dispõe sobre reconversão de atividades de mutuatários com dívidas junto a bancos oficiais federais; MP nº 78/02, que autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa; MP nº 81/02, que abre crédito extraordinário em favor de encargos financeiros da União e refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, no valor global de R\$ 17,84 bilhões; PDL nº 3/03, que aprova a programação monetária relativa ao primeiro trimestre do ano de 2003; entre outras matérias.

### COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

11h30 – Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa – sala 15

14h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

Após a ordem do dia – Comissão de Assuntos Econômicos  
Audiência pública com a presença dos ministros da Fazenda, Antonio Palocci Filho, e do Planejamento, Guido Mantega. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Slhessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Palocci e Mantega abrem audiências da CAE

Ministros da Fazenda e do Planejamento inauguram hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, série de encontros que se destinam a debater os rumos da economia traçados pelo governo federal

Dois dos principais integrantes da equipe econômica do governo – os ministros Antonio Palocci, da Fazenda, e Guido Mantega, do Planejamento, Orçamento e Gestão – abrem, hoje à tarde, após a ordem do dia, a programação de audiências públicas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta nova legislatura.

Palocci e Mantega debaterão com os integrantes da CAE a condução da política econômica, em um ambiente considerado pelo governo como de indicadores positivos para a economia brasileira, apesar da conjuntura internacional desfavorável diante do ataque iminente dos Estados Unidos ao Iraque.

Segundo afirmou o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o país deverá reduzir em cerca de US\$ 20 bilhões a necessidade de dinheiro novo neste ano, em função de um menor déficit em transações correntes nas contas externas do país. Mercadante também destacou, entre outros pontos positivos, que houve uma valorização dos principais títulos brasileiros, os *C-Bonds*, e que o Brasil está sendo mais bem avaliado pelas agências que calculam o risco que correm os investidores internacionais.

A CAE, na sua terceira reunião ordinária, também prevista para hoje, a partir das 10h, sabatará três novos diretores indicados



Antes de ouvir os ministros, CAE sabatina três diretores indicados para o Banco Central

para o Banco Central (BC). Apenas um deles não é funcionário de carreira do BC. O economista Luiz Augusto de Oliveira Candiota, 36 anos, vem da iniciativa privada, tendo sido diretor executivo do Citibank e do Banco Fibra, e integrante do Conselho Financeiro da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Indicado para ocupar a Diretoria de Política Monetária do Banco Central, no lugar de Luiz Fernando Figueiredo, Candiota, que cursou gerência financeira na Harvard Business School, é sócio majoritário do grupo Lacan, voltado para a prestação de serviços financeiros e de informação setorial para as áreas de mercado de capitais e de mercadorias e futuros.

O escolhido para substituir Teiza Grossi na Diretoria de Fiscalização do BC é Paulo Sérgio Cavaleiro, 52 anos. Formado em Ciências Contábeis pela Pontifícia

Universidade Católica (PUC) em São Paulo, com especialização em auditoria pela Universidade de São Paulo (USP), Cavaleiro ingressou no Banco Central em 1976 como auditor, tendo ocupado, ao longo da carreira, vários cargos na área de fiscalização da instituição.

A Diretoria de Administração do BC deverá ser ocupada por João Antônio Fleury Teixeira, 50 anos, caso o seu nome seja aprovado hoje pelos senadores integrantes da CAE. Teixeira, indicado para substituir Edison Bernardes, ingressou no banco em 1977.

Fleury Teixeira é graduado em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde também cursou pós-graduação em Análise de Sistemas da Informação, Organização de Sistemas e Métodos e Formação Gerencial em Nível Estratégico. Atualmente, chefia o Departamento de Recursos Humanos e Organização do Banco Central.

## Cortes no Orçamento entram em discussão

A busca de esclarecimentos sobre o decreto que contingenciou R\$ 14,1 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU) deste ano é o objetivo principal de dois requerimentos que devem ser examinados hoje pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), em reunião marcada para as 14h30.

O primeiro, do deputado Ricardo Barros (PPB-PR), solicita a convocação dos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, para explicarem não só o decreto que represou os

gastos da União no atual exercício, mas também outras decisões do governo, como o aumento do superávit primário – receitas menos despesas, excluídos os pagamentos de juros – para 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

O outro requerimento, assinado pelo deputado Jorge Alberto (PMDB-SE), pede apenas a convocação de Mantega para explicar o que deve acontecer com as emendas dos parlamentares relativas aos orçamentos de 2001 e 2002, cujos recursos ainda não foram liberados. O deputado tam-

bém apresentou requerimento convocando o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para prestar esclarecimento sobre a condução da política monetária e cambial.

Outro item a ser examinado pela comissão é a mensagem presidencial encaminhando o relatório com a demonstração e a avaliação do cumprimento da meta do resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social, e do programa de dispêndios das estatais federais não financeiras, relativos ao exercício de 2001.

## Adauto e Rousseff devem ser ouvidos na Infra-Estrutura

Os ministros dos Transportes, Anderson Adauto Pereira, e de Minas e Energia, Dilma Rousseff, poderão expor seus projetos nos próximos dias à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Dois requerimentos nesse sentido, apresentados pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), serão examinados pelos integrantes da comissão em reunião marcada para as 14h de hoje.

Na mesma reunião, a CI apreciará projeto de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), com parecer favorável do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), proibindo a cobrança de taxa mínima de energia para consumidores residenciais. Osmar Dias considera que os consumidores devem pagar apenas pela energia que efetivamente usam, o que, na sua opinião, além de ser mais justo, estimula a economia de energia.

Entre as demais propostas sob análise da comissão está projeto originário da Câmara que inclui

as ferrovias na relação descritiva do Plano Nacional de Viação. A matéria tem parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO). Há ainda na pauta outro projeto de lei originário da Câmara, determinando a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas nas rodovias federais. A proposta tem parecer contrário do senador Quintanilha.



Ideli Salvatti quer que ministros dos Transportes e de Minas e Energia venham ao Senado

## Educação debate requerimentos que convocam cinco ministros

A partir das 11h30 de hoje, a Comissão de Educação (CE) faz reunião para examinar pauta com cinco itens. Um deles é requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR) para que sejam ouvidos separadamente na comissão os ministros da Educação, Cristovam Buarque; da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral; das Comunicações, Miro Teixeira; do Esporte, Agnelo Queiroz; e da Cultura, Gilberto Gil. Todos devem falar sobre os planos nos respectivos ministérios para os próximos quatro anos.

Outro item da pauta da CE é a proposta de criação de uma universidade federal na região do Vale do Cariri, no Ceará. O autor é o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), com parecer favorável do relator, senador José Jorge (PFL-PE). Também será votado pelos senadores projeto de decreto legislativo autorizando o

funcionamento da rádio da Associação Comunitária e Cultural e de Comunicação Social de Ororó, em Pernambuco.

Há dois projetos terminativos na pauta da comissão, mas eles não serão examinados enquanto as votações do Senado estiverem trancadas por medidas provisórias, que têm prioridade na votação. O primeiro inclui a disciplina Noções de Cidadania no currículo dos ensinos fundamental e médio. O outro estende às mostras e festivais audiovisuais os incentivos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Antes da reunião, o presidente da comissão, senador Osmar Dias, recebe, às 10h30, o representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Jorge Werthein. Em seguida, às 11h, o ministro da Cultura, Gilberto Gil.

# CCJ analisa propostas que reduzem a maioria penal para 16 anos

Relatório de Amir Lando é favorável a que jovens a partir dessa idade passem a ser penalmente imputáveis, se constatado seu amadurecimento intelectual e emocional

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) devem analisar na reunião de amanhã, às 10h, relatório do senador Amir Lando (PMDB-RO), elaborado a partir de três propostas de emenda à Constituição, prevendo a redução da idade de início da responsabilidade penal de 18 para 16 anos. Lando é favorável à proposta do ex-senador José Roberto Arruda, segundo a qual menores de 18 anos e maiores de 16 poderão ser penalmente imputáveis se constatado seu amadurecimento intelectual e emocional.

— É comum encontrarem-se criminosos que se valem de menores como prepostos para a prática de crimes, ou menores que são criminosos plenamente conscientes de seus atos. Mas, por não terem completado 18 anos, a lei ignora suas



Lando observa que há menores criminosos conscientes de seus atos

características e obriga-os das consequências de seus atos — argumenta.

Caso o relatório seja aprovado pela CCJ, a matéria seguirá para o Plenário.

Em outra matéria na pauta da CCJ, Amir Lando, como relator, manifesta-se favoravelmente à

proposta de emenda à Constituição do ex-senador Iris Rezende que determina que os menores de 18 anos e maiores de 16 devem responder por crime hediondo ou contra a vida, desde que haja laudo técnico que determine que o agente, na época do crime, tinha condições de entender a transgressão.

Lando também é relator do projeto de lei do ex-senador Carlos Wilson que aumenta em um terço a pena de quem comete crime com a participação de adolescente com menos de 18 anos.

## Prisão especial pode ser mantida apenas por razões de segurança

Caso a pauta do Senado seja desbloqueada, com a votação da medida provisória que está trancando as deliberações, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), poderá examinar projetos em caráter terminativo, como é o caso da proposta do ex-senador Roberto Freire que extingue a prisão especial. Para Freire, a única razão para a concessão de prisão especial, em dependência separada nas penitenciárias, é a garantia da integridade física do preso, sem diferenciação de classe ou categoria profissional.

Assim, portadores de diploma de nível superior, parlamentares, governadores, prefeitos, magistrados, membros do Ministério Público e das Forças Armadas, entre outros, perderiam a prerrogativa. O relator,

Amir Lando, recomenda a aprovação da matéria, que tramita em conjunto com projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Ainda em caráter terminativo, a CCJ deve votar projeto do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) que diminui as penas aplicadas no caso de crimes culposos (não intencionais) previstos no Código de Trânsito Brasileiro, para adequá-las ao Código Penal. A proposta tem o apoio do relator, senador José Jorge (PFL-PE), que apresentou uma emenda.

A CCJ pode votar ainda projeto do ex-senador Ademir Andrade que determina que as assembleias legislativas sejam informadas sobre a liberação de recursos federais para os estados e o Distrito Federal. O relator, Amir Lando, concorda com a medida.



Gerardo Magela

Edison Lobão citou dados da ONU sobre a situação da mulher em todo o mundo

## Lobão saúda luta da mulher pela igualdade

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que a mulher, embora tenha transposto inúmeros obstáculos sociais e econômicos nos últimos 50 anos, continua sendo vítima de ações discriminatórias. Assim, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, ele disse almejar que o desfecho da luta pela igualdade dos direitos ocorra em breve.

— Na comemoração do 8 de março, somos estimulados a acreditar que, pelo veloz avanço da tecnologia que moderniza e globaliza o nosso planeta, não tardará o dia em que as diferenças sociais entre os sexos se resumirão na competência de cada homem e mulher — ressaltou o senador.

Lobão destacou que, nas nações ocidentais, é notória a ascensão das mulheres em diversas atividades profissionais. Conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a força de trabalho feminina ocidental já ocupa quase 50% da mão-de-obra mundial. Para o parlamentar, a maior presença feminina nos ambientes profissionais demonstra que a pretensa superioridade de alguém pelo fato de ser homem ou mulher não se justifica.

No entanto, muitas mulheres sofrem sérias restrições à sua qualidade de vida em todo o mundo por causa da condição feminina, frisou Lobão. Citando conclusões da 47ª reunião da comissão da ONU que estuda a situação da mulher, realizada no último dia 5, o senador disse que as mulheres, na vida profissional, estão sujeitas a altas taxas de desemprego, menores possibilidades de carreira e baixos salários.

Ainda com base na recente reunião das Nações Unidas, Lobão informou que as desigualdades e a discriminação tornam as representantes do sexo feminino, assim como as crianças, cada vez mais vulneráveis ao tráfico, à violência, à exploração e às injustiças. Em alguns países, observou, a mulher é submetida a mutilações que agredem sua sexualidade ou recebe chibatadas por não se cobrir dos pés à cabeça.

## Eduardo defende medidas de combate à criminalidade

O combate à criminalidade no país deve passar pela redivisão territorial e pelo aperfeiçoamento dos serviços de informação do sistema de segurança pública. Isso foi o que defendeu em Plenário o 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), ontem, ao comentar as recentes ações dos governos estadual e federal no combate à violência no Rio de Janeiro.

Eduardo Siqueira Campos aplaudiu a iniciativa da União de socorrer a população do Rio de Janeiro, quando do acirramento de episódios violentos, colocando o Exército nas ruas e transferindo o traficante Fernando Beira-Mar para o interior de São Paulo. O senador também elogiou o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que a seu ver demonstra competência para lidar com a segurança pública e teve boa vontade para cooperar no caso da transferência de Beira-Mar. Em contrapartida, criticou a decisão da governadora do Rio,

Rosinha Matheus, de recusar a permanência do Exército no policiamento, a federalização de presídios de segurança máxima e a manutenção de uma política conjunta para enfrentar a crise na segurança pública.

— Encareço à governadora que retome as negociações com o governo federal, para não perder esse importante apoio diante de tão grave problema — apelou.

De passagem pelo Rio de Janeiro, no último fim de semana, Eduardo disse ter visto a população perplexa diante do argumento da governadora de recusar a continuidade do apoio federal sob pena de ver enfraquecida a autonomia do estado.

Sem querer entrar no mérito dessa decisão, o senador afirmou que o auxílio prestado pela União ao Rio de Janeiro na área de segurança foi um gesto louvável e pode ter criado um precedente importante para os



Eduardo sugere redivisão territorial e aperfeiçoamento dos serviços de informação

Roosevelt Pinheiro

demais estados.

— Está na hora de partirmos para um estudo profundo sobre a redivisão territorial do país, ou continuaremos a assistir à inviabilização das grandes cidades — advertiu.

O senador tocantinense acrescentou que o país vem perdendo a guerra contra o crime por falta de aparelhamento das polícias. Em aparte, o senador Almeida Lima (PDT-SE) referendou a análise de Eduardo sobre o combate à violência e ao crime organizado no Rio de Janeiro. Também mostrou-se favorável à criação de novos territórios e estados.

### BANCOS

A disposição do Banco Central de exercer um maior controle sobre as movimentações bancárias, como forma de inibir a lavagem de dinheiro, foi elogiada por Eduardo Siqueira Campos. Ele também cobrou do

governo federal a criação de um cadastro geral de contas correntes em operação no país.

— Parece-me absurdo que não se tenha um maior controle sobre em que banco cada cidadão brasileiro possui conta — comentou Eduardo. Segundo informou, essa precariedade no controle das movimentações bancárias foi constatada durante a CPI do Sistema Financeiro, do Senado, quando se percebeu que o Banco Central desconhecia a instituição financeira em que a pessoa investigada era correntista.

Na opinião do senador, a organização de um cadastro geral de contas correntes sanaria esse problema. A medida chegou a ser objeto de projeto de lei oferecido por ele, que atuou como relator do sigilo bancário na CPI, mas a proposição foi rejeitada pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o então senador Francelino Pereira. A relatoria entendeu ser a questão privativa da Presidência da República.

# “Não arqueei nenhuma investigação”, diz Sarney

O presidente do Senado esclarece, em carta à *Folha de S. Paulo*, que não determinou ao Conselho de Ética o fim das diligências sobre denúncias de escuta telefônica ilegal na Bahia. “Não tenho competência regimental para isso”, afirma

Em carta enviada à *Folha de S. Paulo*, publicada na edição de domingo, o presidente do Senado, José Sarney, desmente versões veiculadas em notas da seção *Painel*, esclarece que seu despacho ao ofício do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), presidente do Conselho de Ética, não significa o arquivamento da investigação sobre escuta ilegal de telefones na Bahia e lamenta que não tenham sido apuradas denúncias sobre grampos no Maranhão.

“Não arqueei nenhuma investigação. Não tenho competência regimental para isso. Apenas, em face de um ofício do senador Juvêncio da Fonseca, dando-me conhecimento de que recebera

uma denúncia da bancada do PT no Senado pedindo providências, dei o único despacho possível: ‘ciente, nada a despachar’”, afirma o senador.

O presidente do Senado explica que a petição chegou-lhe às mãos “para simples conhecimento, sem solicitar nada, nenhuma providência”. Portanto, observa, não houve arquivamento nenhum, e a alternativa de despacho possível – devolver a petição ao signatário sem tomar ciência – “seria um absurdo”.

“A versão adotada pelo *Painel*, de arquivamento, bem como a de



Conforme Sarney, nenhuma providência sobre o caso foi solicitada a ele

relacionar o caso aos grampos do Maranhão, não é correta. Lamento que os 116 grampos do Maranhão, feitos pela Polícia Federal, não tenham sido apurados. O caso da Bahia está sendo investiga-

Genildo Magela

do. Há inquérito policial em andamento, e, no Senado, o Conselho de Ética constituiu uma comissão de três senadores para acompanhar o assunto, já tendo se deslocado para a Bahia e assistido aos depoimentos na polícia. O corregedor do Senado, senador Romeu Tuma, está, também, recebendo informações em nome da Mesa. Já no caso do Maranhão nada se fez, nem o ex-presidente Fernando Henrique mandou apurar”, observa.

## APROVAÇÃO

O senador informa que sua decisão – a única que tomou sobre o caso até agora – recebeu a aprovação dos líderes do PT, Tião Viana (AC), e do governo, Aloizio

Mercadante (SP), além do presidente da Câmara, João Paulo Cunha. Os três, afirma Sarney, condenaram “a versão facciosa e inexacta” atribuída ao fato. Ressalta ainda que não é de sua competência julgar as acusações sobre a responsabilidade dos grampos.

“Quem julga os senadores nas questões disciplinares é o Conselho de Ética e, nos crimes comuns, o Supremo Tribunal Federal. É o que diz a Constituição, a mesma que garante que ‘ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença final condenatória’ (art. 5º, parágrafo LVII) e a liberdade de imprensa, princípios que estamos obrigados a respeitar”, esclarece.

## Para Viana, “insinuações e agressões” são desnecessárias

O líder do PT no Senado, Tião Viana, repudiou ontem “as insinuações, críticas e agressões desnecessárias” ao partido, que ele atribuiu ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca.

Conforme Viana, as declarações foram feitas após o encaminhamento de solicitação assinada pela bancada petista para que o conselho recebesse as provas documentais e testemunhais dos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz, da revista *IstoÉ*, que mostrariam o envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) em escutas telefônicas ilegais na Bahia.

Ao comentar por que não convocaria os jornalistas, Juvêncio disse que o pedido do PT deveria ter sido encaminhado sob a forma de representação contra Antonio Carlos. Para Juvêncio, o PT não estaria com “coragem” para encaminhar a representação. No fim de semana, Juvêncio afirmou que os resultados das investigações da Polícia Federal, juntamente com o conteúdo de reportagem da *IstoÉ* sobre os grampos, eram suficientes para que se abrisse processo contra Antonio Carlos Magalhães. “O partido que tiver interesse pode fazer o pedido”, afirmou Juvêncio



Rosevelt Pinheiro

Segundo Viana, o PT solicitou providências sobre as denúncias de grampo

da Fonseca.

Tião Viana lembrou que primeiramente o PT solicitou que fosse criada subcomissão para acompanhar o inquérito da Polícia Federal, pedido atendido por Juvêncio, que fez parte da subcomissão com os senadores Jefferson Pêres (PDT-AM) e

João Alberto Souza (PMDB-MA). Em seguida, o PT tomou a decisão de encaminhar a solicitação para que os jornalistas fossem ouvidos, com base no artigo 17 da Resolução nº 20, do Senado, de 1993.

– Foi quando começaram as agressões e insinuações do senador Juvêncio ao PT. Lamentavelmente, o senador ignorou nossa solicitação e passou a agredir o nosso partido. Esperamos que essas acusações desnecessárias não se repitam ou teremos que solicitar providências regimentais quanto ao decoro parlamentar.

## DESPACHO

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor do Senado, revelou ter presenciado o recebimento, pelo presidente José Sarney, do ofício de Juvêncio da Fonseca encaminhando a solicitação do PT para que a Presidência do Senado tomasse conhecimento e não providências. Segundo Tuma, Sar-

ney deu um despacho no ofício apenas para demonstrar que estava acompanhando de perto o desenrolar do caso, mas que nem isso seria necessário. “O fato não pede nenhum tipo de providência”, acrescentou. Tuma disse ainda que, por intermédio da corregedoria, solicitou cópias dos depoimentos à Polícia Federal e que não acredita ter havido qualquer prejuízo às investigações.

O vice-líder do PSDB, senador Romero Jucá (RR), comentou que estranhou a “mudança *light*, de paz e amor,” que o PT sofreu depois de ter vencido a eleição presidencial. Segundo ele, desde o início do ano o PT tem procurado outros partidos para encaminhar ações conjuntas, quando jamais havia feito isso antes. “O PT sempre partidizou a atuação no Conselho de Ética. Parece mais um jogo de cena para calar as pressões dentro do partido. O encaminhamento do PT foi feito de forma totalmente diferente de outros anteriores”, afirmou.

Viana explicou que a forma de encaminhamento das ações do PT são as mesmas de sempre e citou os ofícios enviados ao Conselho de Ética nos casos da violação do painel de votação do Senado e do envolvimento do ex-senador Jader Barbalho no desvio de recursos da Sudam. “Gostaria que o PSDB tivesse a mesma postura do PT nas questões éticas. O grampo ilegal é um problema de todos os partidos”, assinalou.

## Juvêncio: abertura de processo por quebra de decoro depende do PT

A abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Antonio Carlos Magalhães depende do oferecimento de uma representação pelo Partido dos Trabalhadores, afirmou ontem o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Juvêncio da Fonseca.



Genildo Magela

Para Juvêncio, cabe ao PT representar contra Antonio Carlos no Conselho de Ética

Pelo Regimento da Casa, representações contra senadores podem ser oferecidas por qualquer partido na Casa. No entanto, na avaliação de Juvêncio, a tarefa deve ser incumbência do PT, “uma vez que o partido se arvorou” em divulgar indícios da participação do senador baiano no episódio das escutas telefônicas ilegais na Bahia.

Juvêncio da Fonseca afirmou ainda que o líder petista no Senado, Tião Viana, tem a intenção de substituí-lo na presidência do Conselho de Ética.

– Não cogito me afastar. Se o PT quer me afastar do Conselho de Ética é porque não quer o processo de cassação do mandato do senador Antonio Carlos Magalhães. E eu quero a aber-

tura do processo – disse Juvêncio da Fonseca.

O senador acrescentou que já há indícios e provas suficientes para a abertura de processo por quebra de decoro, que pode resultar na cassação do mandato do senador baiano. Mas lembrou que o Conselho de Ética só pode agir se provocado.

– As provas estão aí, às claras, só o PT não enxerga – afirmou Juvêncio.

## PROCEDIMENTOS

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que seu partido tem adotado todos os procedimentos necessários à investigação dos fatos.

– Nós instrumentalizamos o Conselho de Ética. O presidente (Juvêncio da Fonseca) recebeu os documentos, que são suficientes para a abertura do processo – afirmou Paim, referindo-se ao pedido para que fossem ouvidos os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz, que teriam provas do envolvimento de Antonio Carlos Magalhães nas escutas telefônicas.



Garibaldi Alves Filho lembra que programa beneficia 113.501 famílias no Rio Grande do Norte

## Garibaldi quer manutenção do Bolsa-Renda

Ao comentar que as chuvas que caíram no Nordeste são insuficientes para comprovar a chegada do inverno na região, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu ontem ao governo federal a manutenção do programa Bolsa-Renda, que beneficia com R\$ 30 mensais famílias carentes dos municípios em estado de calamidade. Ele informou que existe a possibilidade de o programa, criado no governo Fernando Henrique, ser extinto em abril.

— Gostaria de pedir cautela na desativação do programa Bolsa-Renda. O Nordeste não está precisando apenas dessa bolsa-renda. Eu queria estar pedindo a continuidade do Pró-Água, do Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo (Prodetur) e de tantos outros que possibilitam à região se apresentar de forma diferente diante da nação. Mas até mesmo as soluções consideradas paliativas estão sendo deixadas de lado — lamentou.

Segundo o senador, o Bolsa-Renda beneficia, apenas no seu estado, 113.501 famílias de 70 municípios. Em todo o Nordeste, acrescentou Garibaldi, até fevereiro do ano passado foram pagos 6,6 milhões de bolsas. Ele lembrou que o programa vem sendo uma das poucas oportunidades para milhares de famílias enfrentarem a seca.

Garibaldi cobrou soluções efetivas que permitam ao morador do semi-árido nordestino conviver com a seca. Ele registrou que desde 1930, com a criação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), busca-se uma solução para o problema.

— Na verdade, não se trata de combater, mas de conviver com a seca, já que não existe possibilidade de acabar com ela. Hoje nem temos ainda as chuvas, nem uma ação definitiva que dê tranqüilidade ao povo nordestino.

# Fome Zero depende de paz no campo, adverte Osmar

Senador ressalta que produtor aumentará área de plantio se tiver garantia de que sua propriedade não será invadida

O senador Osmar Dias (PDT-PR) advertiu o governo que o programa Fome Zero fracassará se não houver garantias de paz no campo. Ele afirmou ontem que invasão de terras é crime e precisa ser punida exemplarmente, de acordo com a legislação vigente. “Somente no Paraná, há 84 propriedades invadidas nesse momento”, destacou.

Segundo o senador, o produtor agrícola aumentará sua área de plantio se houver um apelo do governo para viabilizar o Fome Zero, desde que ele tenha paz e garantia de que sua propriedade não será invadida. “Não haverá produção se existir medo”, disse.

Para Osmar, o programa Fome Zero depende de dois fatores para ter êxito: aumento da produção agrícola e plano estratégico de distribuição de alimentos. Assim como o aumento de produção agrícola precisa de paz no cam-



Osmar Dias: “Somente no Paraná, há 84 propriedades invadidas nesse momento”

po, crédito farto e assistência técnica adequada, a distribuição dos alimentos depende de boas condições de escoamento das safras.

Osmar ressaltou que as rodovias estão sucateadas no país, não tendo havido expansão das ferrovias ou hidrovias para servir de alternativa de transporte. Os pedágios rodoviários altíssimos representam mais um complicador

Fotos: Roosevelt Pimbleio

da questão. “Por falta de distribuição adequada, o programa pode morrer”, alertou.

De acordo com o senador, também é fundamental ter uma política específica para alimentos básicos como arroz, feijão, leite e milho, porque será um aumento de 30% na oferta desses produtos que garantirá o êxito do Fome Zero. Como são os pequenos produtores rurais que tradicionalmente se dedicam a esse tipo de cultivo, eles precisam de melhores condições de crédito agrícola, disse.

O senador pediu, ainda, a revogação das portarias 507 e 508, do Ministério do Meio Ambiente, que teriam aumentado em demasia as áreas de preservação permanente, onde não é permitido plantar. Somente no Paraná, foram mais 647 mil hectares reservados, informou. O senador advertiu a ministra Marina Silva que as portarias foram assinadas sem critério pelo governo anterior. Elas precisam ser examinadas por especialistas para as devidas correções de rumo.



Valdir Raupp diz que dezenas de obras e programas ficaram sem previsão de recursos

## Raupp: corte de verba é “desastre” para Rondônia

O contingenciamento de R\$ 14,1 bilhões que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez no Orçamento da União em fevereiro representa “um verdadeiro desastre” para Rondônia, afirmou o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Dezenas de obras e programas ficaram repentinamente sem qualquer previsão de verbas, especialmente a recuperação de dez trechos da BR-364, que se encontram em estado precário e por onde trafegam diariamente 400 caminhões carregados de grãos.

— Essa rodovia corta o estado de lado a lado, beneficiando também os estados do Acre e Amazonas. É por essa rodovia que exportamos grãos para outros países, através da Hidrovia Madeira-Amazonas — sustentou.

Raupp pediu ao presidente que reveja os cortes levando em consideração os estados mais pobres, todos dependentes das verbas federais. O senador disse que entende a necessidade do corte de R\$ 14,1 bilhões, mantendo a política econômica austera, buscando controlar a inflação, o câmbio e o aumento da dívida pública.

— O que me espantou é que o governo tenha anunciado os cortes sem apresentar nenhum critério razoável para orientar onde eles serão realizados.

Sem critérios, o senador acredita que, no final, as populações mais pobres acabarão sendo as mais prejudicadas, quando o objetivo das políticas públicas é exatamente beneficiá-las.

No caso de Rondônia, os cortes estão afetando a conservação de estradas e de pontes, o atendimento médico-hospitalar e obras de infra-estrutura urbana, entre outras. Até mesmo “um antigo pleito”, a estadualização das BRs 421 e 429, que estava prestes a ser atendido, ficou paralisado.

## Jucá pede desocupação de terras e de prédios invadidos pelo MST

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) cobrou ontem do governo federal a desocupação de terras e prédios públicos invadidos nos últimos dias pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pediu providências para que não ocorram novas invasões. Ele advertiu que a imprensa tem divulgado que o MST está ameaçando realizar novas ocupações em abril.

— Depois de toda essa onda de invasões, estamos vendo o governo, por intermédio do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, condenar essas ações violentas dos sem-terra. É engraçado ouvir o ministro dizer que, ao invadir prédios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o MST ultrapassou limites democráticos. No governo Fernando Henrique Cardoso, pa-

rece que para o PT os limites eram outros. Não vi, naquela época, Miguel Rossetto ou o partido condenarem invasões do Incra, nem em prédios públicos em Brasília ou até mesmo na fazenda do presidente — afirmou Jucá.

Na avaliação do senador, o PT está dando a impressão de que o limite da atuação do MST não diz respeito ao direito de quem tem suas terras invadidas, mas varia de acordo com quem está no governo. Ele acrescentou que, sendo governo, finalmente o Partido dos Trabalhadores está aproximando os seus “limites” para o que é considerado razoável.

Jucá também mostrou preocupação com o que considerou “contradições” do PT no governo. Enquanto o ministro da Casa Civil, José Dirceu, nega que esteja sendo estudada a revogação da medida provisória que proíbe a



Romero Jucá defende medida provisória que proíbe desapropriação de terras invadidas

desapropriação de terras invadidas, o Incra afirma o contrário. Para Jucá, a medida deve permanecer em vigor para garantir o respeito à propriedade privada.

# Suplicy leva a embaixadora apelo contra nova guerra

Durante encontro previsto para esta semana, senador entregará a Donna Hrinak cópias de discursos feitos no Senado em favor da paz

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Suplicy (PT-SP), anunciou ontem que terá audiência nesta semana com a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak. Na ocasião, o parlamentar pretende transmitir a preocupação dos senadores com a iminência de um ataque daquele país ao Iraque. Ele entregará à embaixadora cópias de pronunciamentos feitos no Plenário em favor da paz.

O senador leu da tribuna artigo do escritor Paulo Coelho, publicado no último sábado pela *Folha de S. Paulo*, com o título "Obrigado presidente Bush".

No texto, o escritor agradece ao dirigente americano "por revelar ao mundo o gigantesco



Eduardo Suplicy: até nos Estados Unidos ocorrem protestos contra invasão do Iraque

abismo que existe entre a decisão dos governantes e os desejos do povo". O senador elogiou Paulo Coelho por sua capacidade de argumentação e sátira.

Suplicy afirmou que as ações do presidente Bush têm despertado o sentimento de paz no mundo todo. A preocupação com a guerra, disse ele, ultrapassa até os muros dos Estados Unidos, onde

o povo também vem protestando contra uma possível invasão do Iraque.

Ele citou ainda artigo do ex-presidente Jimmy Carter, publicado no *The New York Times* e no *Estado de S. Paulo* de ontem, intitulado "Por que esta guerra é injusta". Nela, o ex-presidente afirma que uma guerra, para ser justa, precisa atender a vários critérios claramente definidos e só pode ser travada como último recurso.

O 39º presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, lança um brado de alerta para a consciência de todos os norte-americanos, em especial ao presidente George W. Bush. Esperamos que ele possa ser ouvido – disse o senador.

Em aparte, os senadores Eduardo Siqueira Campos (TO) e Arthur Virgílio (AM), ambos do PSDB, manifestaram apoio ao pronunciamento de Suplicy.

## Almeida Lima faz críticas a George W. Bush

O senador Almeida Lima (PDT-SE) criticou ontem o presidente americano George W. Bush e a sua intenção de atacar o Iraque. O parlamentar leu da tribuna artigo publicado na imprensa de seu estado pelo jornalista Luiz Eduardo Costa, intitulado "A mão caridosa do benemérito W. Bush".

De acordo com Almeida Lima, o jornalista, "com esplêndida ironia", mostra que "o desejo de guerra e de carnificina do presidente americano tornou-se evidente". O artigo afirma que o presidente americano "avisa que vai libertar o Iraque, levando democracia, direitos humanos, paz e tranquilidade", além de alimentos, para o povo iraquiano.



Almeida Lima pediu mobilização contra guerra no Golfo

Seguindo a linha irônica do artigo, o senador afirmou que George W. Bush quer "deixar o mundo mais seguro depois de Saddam ser eliminado e destruídas suas armas mais terríveis, enquanto os Estados Unidos ficam com seu pacífico arsenal" que tem três toneladas de explosivos para cada ser humano. O senador disse que Bush justifica seu ataque com a intenção de dar comida aos iraquianos, mas não consegue diminuir a pobreza de "20 milhões de americanos que até passam fome".

O senador pediu que outras nações – além de França, Alemanha, Rússia e China, que já se pronunciaram contra o ataque americano – se levantem diante da "possibilidade concreta dessa

atrocidade". Segundo ele, é preciso evitar a omissão com que países europeus, a União Soviética e os próprios Estados Unidos receberam a invasão da Áustria e da Polônia por Adolf Hitler.

Para Almeida Lima, o presidente americano se apresenta hoje com um "discurso messiânico e profético", mas representa "a voz do mal, a voz das trevas".

Se não lhe puserem um freio, mais tarde, sob alegação de proteção do povo americano, poderá dizer que a tríplice fronteira na América do Sul pode representar uma ameaça para o povo americano – disse.

Ele parabenizou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) por ter abordado o tema em Plenário e pediu às nações signatárias da Declaração Universal dos Direitos do Homem que "façam, de maneira ativa, a defesa da paz".

## Comissão analisa indicações para o exterior

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), analisa hoje, a partir das 17h30, mensagens presidenciais indicando embaixadores para as representações brasileiras no Reino Unido, no México e na Lituânia.

Para a embaixada no Reino Unido, o governo indicou o nome do diplomata José Maurício de Figueiredo Bustani, que já foi o diretor-geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). Bustani foi destituído do cargo no ano pas-

sado, em decorrência de pressões do governo de George W. Bush, presidente dos Estados Unidos.

O diplomata Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro foi escolhido para a embaixada no México e Vera Pedrosa Martins de Almeida, para a embaixada do Brasil na Lituânia.

## Ideli rebate críticas do PFL à atuação do governo Lula

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) rebateu ontem críticas de parlamentares do PFL ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Para a senadora, cobranças de quem já foi governo precisam ser diferentes. Ela disse que no Brasil não pode haver lugar para uma oposição fácil, que



Para Ideli Salvatti, FHC deve muitas explicações à nação

pede providências e resultados urgentes "como se nada tivesse a ver com a situação caótica de vários setores da economia brasileira".

Parlamentares como o senador Jorge Bornhausen (SC) e o deputado José Carlos Aleluia (BA) não podem criticar as dificuldades por que passa o setor elétrico, já que o PFL ficou à frente do Ministério de Minas e Energia por tantos anos. O presidente Fernando Henrique deve muitas explicações ao povo brasileiro e o PFL também – observou.

Ideli afirmou que o setor elétrico é um ótimo exemplo da irresponsabilidade e improvisação do governo anterior, que a seu ver

sucateou o setor, levando a uma situação de contratos quase inexequíveis entre governo e concessionárias, termelétricas que são verdadeiros "micos", tarifas altíssimas para o consumidor e reajustes atrelados ao dólar.

Para a senadora, a "privatização apresada e desastrosa", que entregou o setor elétrico a empresas estrangeiras instaladas em paraísos fiscais e sem lastro patrimonial, "está prestes a explodir". Ela citou a AES Elpa, empresa norte-americana que, segundo disse, ameaça dar o calote no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), órgão que financiou a compra da Eletropaulo pela AES em condições muito favoráveis.

Se o BNDES apenas cumprir os contratos terá que executar as garantias e "federalizar" a Eletropaulo. Como as ações da AES estão muito desvalorizadas, o banco terá um grande prejuízo – alertou.

## Projetos de Paim ampliam os direitos dos inquilinos

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou ontem que está reapresentando ao Senado dois projetos que beneficiam o inquilinato. Os projetos tramitavam na Câmara, mas foram arquivados quando terminou seu mandato naquela Casa.



Um dos projetos de Paulo Paim acaba com exigência de fiador

A primeira proposta, de acordo com o senador, estabelece que o locador só pode exigir do locatário, como garantia, caução ou fiança locatícia. Paim lembrou que é comum se criar grande constrangimento entre pessoas amigas ao ter que pedir um avalista. Segundo o senador, ninguém desconhece as sérias dificuldades que o pretendente à locação de um imóvel encontra quando lhe é exigido um fiador proprietário. Para o parlamentar, a iniciativa tem como objetivo evitar que o cidadão pague um prejuízo que não é seu.

No outro projeto, o senador busca transferir exclusivamente para o

proprietário a obrigação de pagar os impostos e taxas, assim como o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel. Paulo Paim lembra que, pela atual legislação, essa obrigação pode ser transferida ao locatário, desde que prevista em contrato. O senador ar-

gumentou que, no seu entendimento, o tributo é devido por quem detém a posse econômica do imóvel.

Em aparte, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) ponderou que o Brasil tem enorme déficit habitacional e que não existe interesse em investimentos nesta área. Para ele, a proposta de Paulo Paim pode dificultar ainda mais o mercado imobiliário. Paulo Octávio afirmou não ver nenhuma injustiça no pagamento das taxas por quem utiliza o imóvel. Paim considerou justas as preocupações de Paulo Octávio com o mercado imobiliário, mas disse achar legítimo fazer "a defesa de quem nada tem".

# União fará a força do Centro-Oeste, diz Amaral

Senador anuncia realização, em 45 dias, de encontro dos parlamentares da região, que pleiteiam mais recursos federais

A decisão de unir forças para obter mais recursos para o desenvolvimento do Centro-Oeste é o resultado da primeira reunião dos parlamentares da região. O senador Valmir Amaral (PMDB-DF), escolhido para representar o Distrito Federal na bancada, anunciou que a primeira providência é a realização de uma reunião, dentro de 45 dias, em Campo Grande (MS), com todos os governadores do Centro-Oeste.

— Essa organização dos senadores e deputados federais do Centro-Oeste, para melhor defenderem as unidades da federação que representam, era providência que há muito se fazia necessária. Afinal, é inescapável reconhecer que a região não tem recebido, da par-



Valmir Amaral foi escolhido para representar o DF na reunião dos parlamentares do Centro-Oeste

te do governo federal, a atenção devida — afirmou Amaral.

O senador lembrou que a bancada já havia atuado de forma sincronizada quando foi elaborado o Orçamento Geral da União para este ano, mas os cortes orçamen-

tários determinados pelo governo Lula praticamente anularam aquele esforço conjunto.

— Agora, mais do que nunca, importa que estejamos unidos para garantir que, à medida que ocorrerem descontinuidades na execução orçamentária, nossa região não deixe de ser contemplada — assinalou.

Amaral confia que o presidente Lula se mostrará sensível aos pleitos do Centro-Oeste na repartição dos recursos federais. Ele lembrou que, na recente reunião do presidente da República com os governadores de todos os estados, foi acolhida proposta apresentada pelo governador Joaquim Roriz de se criar uma agência de desenvolvimento para a região.

## Mão Santa lamenta morte de político piauiense

A morte durante o carnaval do presidente do PMDB piauiense, Constantino Pereira de Souza, foi lamentada ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). Homenageando a memória de diversos conterrâneos ilustres, Mão Santa ressaltou a importância de Constantino para o Piauí. “Constantino é para nós o que Ulysses Guimarães é para o PMDB do Brasil”, afirmou.

Mão Santa recordou que o últi-

mo embate político de Constantino foi contra o ex-senador Petrônio Portella, para quem perdeu a eleição ao Senado nos anos 70. “Ele perdeu, mas não tombou e enfrentou a ditadura levantando a bandeira do PMDB nos momentos mais difíceis da nossa história”, assinalou.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse, em aparte, que Mão Santa fez uma homenagem justa. “Precisamos saber cantar em ver-



Mão Santa: “Constantino foi para o Piauí o que Ulysses foi para o Brasil”

so e prosa as figuras da nossa história que, por suas ações, não ficam dentro do ataudé ou do mármore”, acrescentou. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) associou-se ao pesar de Mão Santa e deu seu testemunho sobre a luta empreendida por Constantino contra a ditadura.

## Líder do PSDB homenageia Olivir Gabardo

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), homenageou ontem Olivir Gabardo (PSDB-PR), que deixou o Senado com o retorno do titular da cadeira, Álvaro Dias (PDT-PR). Gabardo retomou suas atividades como líder político no Paraná.

— Esta Casa, que se regozija com o retorno de Álvaro Dias e a ele dá boas-vindas, por outro lado se ressentida pela falta que



Arthur Virgílio lembrou atuação de Gabardo na defesa da democracia

fará o senador Olivir Gabardo. Nós aqui do PSDB sempre ouviremos suas sábias lições, pois ele permanecerá integrando nosso conselho de decisões — afirmou.

O senador disse que pretendia registrar nos Anais do Senado o apreço muito específico do PSDB pelo ex-senador, em razão das “mais completas lições de amor à coisa públi-

ca, seriedade pessoal e respeito aos companheiros” dadas por ele. Olivir Gabardo, segundo o líder, consegue juntar a força da sua coerência com a força e a veemência da sua cordialidade.

Virgílio destacou que durante os períodos mais obscuros da história política nacional o ex-senador lutou na Câmara dos Deputados pela melhoria social e pela democracia. “Primeiro pelo MDB, depois pelo PMDB, sempre sem permitir que o equilíbrio obscurecesse a sua bravura de homem público”, ressaltou.

## Paulo Octávio quer que DF opine sobre uso das águas

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) defendeu em Plenário projeto de sua autoria que autoriza as populações das partes altas dos grandes rios a criarem comitês de bacias hidrográficas, para que possam administrar o uso de suas águas.

A atual legislação determina que o gerenciamento dessas águas é vinculado aos rios de maior caudal. Assim, rios que nascem no planalto do Distrito Federal, considerados de quinta classe, caem em vários outros das bacias do Araguaia-Tocantins (Norte) e do Paraná (Sul). Apenas um dos rios que nascem no DF (Descoberto) abastece 50% da população de Brasília e suas cidades-satélites, mas a população está impedida de criar um comitê para gerenciar o uso dessa água.

Conforme o senador Paulo Octá-



Paulo Octávio: Brasil avançou na proteção de seus recursos hídricos

vio, essa limitação não é democrática, até porque a Companhia de Águas e Esgotos de Brasília tem investimentos de quase R\$ 1 bilhão em saneamento. Para ele, não é justo que uma cidade que gasta tanto em saneamento não possa opinar sobre o uso

das águas que nascem no DF.

Depois de ponderar que as águas doces são cada vez mais escassas no mundo, Paulo Octávio lembrou que o Brasil avançou muito no gerenciamento de seus recursos hídricos desde a Constituição de 88. Além de ter hoje a Agência Nacional de Águas e leis detalhadas sobre o setor, em centenas de municípios já existem comitês que decidem sobre o uso de suas águas, seguindo orientações da Política Nacional de Recursos Hídricos.

## Eurípedes Camargo anuncia as metas de seu mandato

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) anunciou ontem, da tribuna, as metas de seu mandato e alguns projetos de lei que já apresentou. Sua maior responsabilidade, afirmou, é representar “a parcela mais pobre da sociedade brasileira”, que deu “um voto de confiança” em seu projeto político.

— Sou representante da pobreza criada por um modelo político e econômico que precisa mudar. Não é por outro motivo que um metalúrgico é o presidente da República, e um serralheiro é senador — frisou, lembrando sua profissão.

O parlamentar recordou sua origem humilde em Rubiataba (GO), de onde se mudou aos 18 anos para o Distrito Federal. Foi um dos primeiros moradores de Ceilândia, “cidade-satélite criada para abrigar moradores removidos da antiga vila do IAPI”. Foi eleito deputado distrital em 1990 e, no governo de Cristovam Buarque (atual ministro da Educação, de quem Eurípedes Camargo é suplente no exercício do mandato), foi secretário-adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Social, em



Eurípedes Camargo lembrou sua origem humilde e prometeu lutar pela inclusão dos mais pobres

que coordenou o orçamento participativo.

O representante de Brasília no Senado disse ser seu compromisso como senador “lutar para que essa parcela da sociedade brasileira tenha a garantia de que será incluída entre aqueles que têm o direito de ser cidadãos”.

Eurípedes Camargo informou ter apresentado ao Senado projeto de lei que visa criar as profissões de mestre-de-obra e encarregado-de-obra, e duas propostas de lei por inspiração do atual ministro da Educação, sobre parcelamento do solo urbano e assegurando vagas nas universidades para professores que não tenham nível superior.